

BOLSAS		BOVESPA		A-BOND		DÓLAR		EURO		OURO		CDB		INFLAÇÃO			
Na sexta (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)		Título da dívida externa brasileira, na sexta		Sexta (em R\$)		Últimas cotações (em R\$)		Turismo, venda (em R\$) na sexta-feira		Na BM&F o grama (em R\$)		Prefeço, 31 dias (em % ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
+1,34 São Paulo	+1,07 Nova York	36.680 37.381 		US\$ 1,085 (▲ 0,42%)		2,174 (▼ 0,78%)		21/julho 2,19 24/julho 2,19 25/julho 2,20 26/julho 2,19 27/julho 2,19		2,773 (▼ 0,36%)		R\$ 44,800 (▲ 0,67%)		14,60%		Fevereiro/2006 0,41 Março/2006 0,43 Abril/2006 0,21 Maio/2006 0,10 Junho/2006 -0,21	

CONTAS PÚBLICAS

Gastos extras de R\$ 13 bilhões, previstos para 2007, exigirão administração extremamente rígida das finanças nacionais. Sem isso, os sacrifícios feitos pelos brasileiros nos últimos governos serão perdidos

Doze anos em risco

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O próximo presidente da República, seja ele quem for, deverá ter pulso forte para não pôr a perder 12 anos de um lento e penoso avanço no ajuste das contas públicas. De olho nos planos de ganhar nas urnas um segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou diversas medidas que vão criar uma conta estimada em R\$ 13 bilhões a ser paga em 2007. A elevação dos gastos públicos está na raiz do embate entre Lula e a oposição quanto ao equilíbrio fiscal neste início de campanha e preocupa os analistas.

“O quadro atual é muito preocupante. O governo abriu a porteira para a boiada passar. Por causa do aumento de gastos correntes, quem quer que seja eleito terá uma enorme dificuldade para governar”, afirma o professor de Finanças Públicas da Universidade de Brasília (UnB) José Matias Pereira. O economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, critica principalmente a política de pessoal de Lula, que vai inchar a folha de pagamentos dos servidores. “O governo contratou como louco. A bomba vai estourar no ano que vem”, aposta.

Das despesas extras no ano que vem, R\$ 5,5 bilhões serão com o reajuste salarial dos servidores do Poder Executivo, tradicional reduto eleitoral de Lula. As despesas com pessoal estão hoje em 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB) e devem ultrapassar os 5,2% do PIB nas projeções de Velloso. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, o impacto dos aumentos neste ano será de R\$ 1,591 bilhão a mais do que o previsto no orçamento, elevando os gastos com a folha de R\$ 105,060 bilhões para R\$ 106,651 bilhões.

Descompasso

Os gastos totais do governo cresceram 14% no primeiro semestre, enquanto as receitas subiram 11%. No mesmo período, as despesas com pessoal subiram 11,4%. O próprio Kawall admite que manter esse nível de expansão dos gastos por muito tempo pode afetar o equilíbrio fiscal. “Ter uma situação de despesas crescendo constantemente acima das receitas não é coerente com o cumprimento das metas fiscais”, reconheceu o secretário ao divulgar os números na semana passada. Ele não especulou sobre a situação em 2007.

As contas da Previdência Social também vão se deteriorar um pouco mais em virtude do aumento de 16,67% no salário mínimo. Calcula-se que o rombo previdenciário cresça R\$ 3,5 bilhões por causa do aumento dos benefícios a aposentados e pensionis-

COMPARAÇÃO

Desempenho fiscal do setor público nos governos FHC e Lula
Em % do PIB

1º GOVERNO FHC

Resultado Primário

1995	0,27
1996	-0,09
1997	-0,95
1998	0,01
Média	-0,19

Resultado nominal

1995	-7,15
1996	-5,77
1997	-5,93
1998	-7,46
Média	-6,58

Dívida líquida

1995	30,56
1996	33,28
1997	34,35
1998	41,71
Média	34,97

GLOSSÁRIO

Resultado Primário
Receita menos despesas, sem gastos com juros

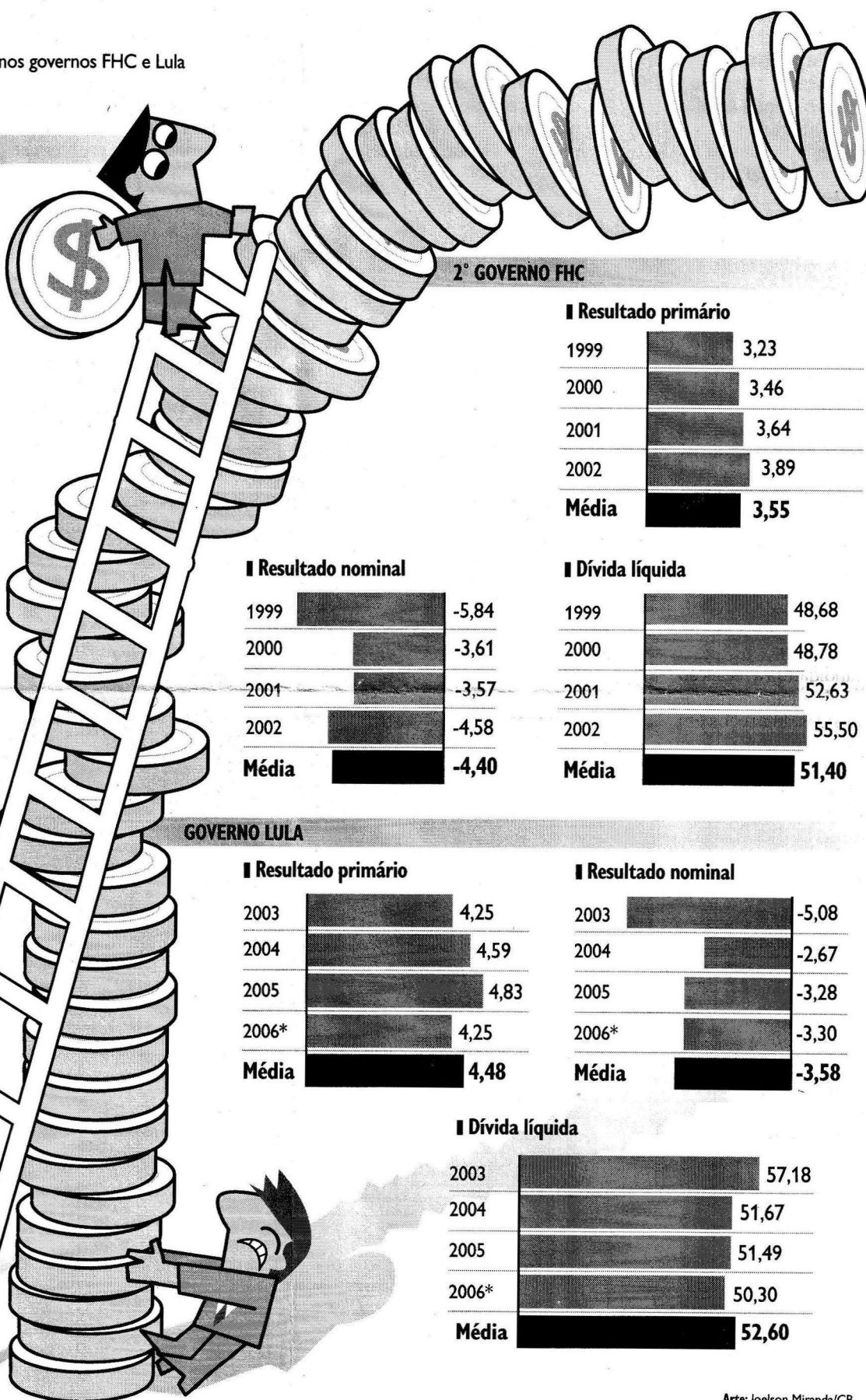
Resultado nominal
Receita menos despesas, incluindo gastos com juros

Dívida líquida
Débito consolidado, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e demais haveres financeiros

Fonte: Banco Central
*Previsões do governo

tas atrelados ao mínimo. O governo prevê um déficit de R\$ 43 bilhões neste ano. “O buraco está crescendo tanto, sem que se adote nenhum mecanismo eficaz para contê-lo, que a Previdência pode entrar em colapso por volta de 2015”, estima José Matias Pereira.

Apesar da relativa tranquilidade dos discursos oficiais, a equipe econômica tem se preocupado com a questão fiscal. Analistas atribuem a piora no perfil fiscal nos últimos meses a uma suposta complacência do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com as



Arte: Joelson Miranda/CB

pressões de sua colega da Casa Civil, Dilma Rousseff. Mantega se incomoda com a percepção do mercado de que é um “gastador” e pediu que sua equipe estudasse formas de manter as despesas correntes em 17% do PIB, como previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Embate eleitoral

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, tem se aproveitado das estatísticas e do temor dos analistas do mercado para bater forte no que chama de “farra

fiscal” do governo Lula. Guido Mantega foi escalado para rebater todas as acusações. Na defensiva, diz que o governo não abre mão de cumprir a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida) de 4,25% do PIB. No contra-ataque, afirma que descalabro fiscal aconteceu foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998.

A troca de acusações transformou a política fiscal, um assunto alheio às necessidades básicas da maior parte do eleitorado, no primeiro tema de discussão na campanha. Mas quem tem razão? A julgar apenas pelos dados, o governo Lula se sai melhor em dois quesitos de avaliação fiscal: superávit primário e déficit nominal (resultado negativo das contas, depois de pagos os juros da dívida). Mas perde para o primeiro mandato de Fernando Henrique no volume do endividamento em proporção do PIB (veja os números na tabela acima).

O governo Lula deve obter o maior superávit primário do setor público consolidado (4,83% do PIB no ano passado) desde 1995 e também vai ganhar na média do mandato: 4,48% do PIB,

levando em conta o cumprimento do objetivo de 4,25% neste ano. Em função de um maior nível de economia no orçamento, Lula vence também no resultado final, depois de pagos os juros. Sua administração vai conseguir o menor déficit nominal anual (3,28% do PIB em 2005) e também a menor média no período: déficit de 3,58% do PIB.

Fernando Henrique se sai melhor no terceiro principal quesito de avaliação da política fiscal. No primeiro ano do seu primeiro mandato, a dívida fechou em 30,56% do PIB, menor nível no período. A média do sua administração número um também foi a melhor, com a dívida ficando em 34,97% do PIB. A estabilização da dívida sobre o PIB é o principal objetivo do ajuste das contas. Hoje, depois do reconhecimento de vários “esqueletos no armário” na era FHC e do estouro dos juros, ela está em 50,3%, nível em que deve fechar o ano.

Circunstâncias

Raul Velloso acredita que a análise fria dos números pode levar a conclusões enganosas. “É difícil comparar estatísticas assim a se-

co. Na essência, a política fiscal do segundo mandato de FHC e de Lula são bem parecidas. Mas eles enfrentaram circunstâncias diferentes e tiveram que agir de acordo com esses cenários”, avalia. Segundo o economista, depois de passar o primeiro mandato numa certa frouxidão fiscal, Fernando Henrique foi forçado a fazer um programa de ajuste para adequar o setor público aos efeitos negativos de sucessivas crises externas.

Para Velloso, o grande mérito de sua administração foi ter implantado uma agenda de equilíbrio fiscal no país, que incluiu metas de superávit primário, renegociação das dívidas de estados e municípios, contenção de gastos com pessoal e avanços institucionais como a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Fernando Henrique não tinha outra saída. Sem essas mudanças, o Fundo Monetário Internacional não teria colocado a dinheirama toda que botou aqui e o governo dele teria ido para o sal”, afirma.

Ainda na visão do economista, o grande mérito de Lula foi ter resistido às fortes pressões políticas do PT e mantido o arcabouço geral do ajuste fiscal, principalmente o compromisso com metas de superávit primário. O destaque negativo de ambos os governos foi ter concentrado o ajuste no aumento de receitas e na contenção dos investimentos públicos, quando deveriam ter atacado os gastos correntes. Em consequência, a carga tributária subiu de 29,46% do PIB em 1994 para algo em torno de 37,3% no ano passado.

Dois reprovados

“As políticas fiscais dos dois governos são igualmente ruins. Os dois merecem reprovação”, avalia José Matias Pereira. Para o professor da UnB, o governo FHC deixou a sociedade praticamente exaurida de tanto pagar impostos, com a criação de várias contribuições não partilhadas com estados e municípios, como a CPMF (imposto do cheque) e a Cide sobre os combustíveis. A gestão Lula só não seguiu no mesmo caminho, avalia Pereira, porque as empresas vêm reagindo fortemente a qualquer insinuação de aumento da carga tributária.

Na visão do economista Roberto Padovani, sócio-diretor da consultoria Tendências, por enquanto não há risco de todo o esforço de ajuste feito nos últimos anos ser jogado fora, apesar da forte elevação dos gastos públicos neste ano. “A meta de superávit deste ano ainda não está ameaçada. Ela deve ser cumprida”, acredita. Ele avalia, entretanto, que Lula deveria aproveitar o bom momento do cenário doméstico e internacional para fazer um ajuste ainda maior, elevando o superávit para algo em torno de 5% do PIB.

O aumento do superávit daria um claro sinal para os agentes econômicos de que o governo está de fato interessado em reduzir a dívida, o que facilitaria até a redução dos juros. “Depois de o endividamento bater em 60% do PIB ao longo de 2003, a estabilização em 50,3% é um avanço. Mas é necessário fazer muito mais”, avalia. O antecessor de Mantega na Fazenda, Antonio Palocci, quis adotar um plano de ajuste de longo prazo, mas foi atropelado pela resistência de setores do governo, Dilma Rousseff à frente. Mantega não quer reacender o debate.